

MERCADO AGROPECUÁRIO

1. Lei 14.130/2021, que institui o FIAGRO, é sancionada com vetos nos temas de natureza tributária.
2. Emprego: agropecuária abre 23.055 vagas em fevereiro/2021.
3. Grãos: USDA aponta intenção de plantio de milho e soja abaixo do esperado
4. Soja: Março encerra com embarques recordes de soja.
5. Arroz: Preços internacionais registram leve queda em março.
6. Leite: Conseleites evidenciam início da entressafra e possível reversão de mercado.
7. Pecuária de corte: Valorização do bezerro continua e ultrapassa R\$ 3 mil por animal.

- Indicadores Econômicos -

Lei 14.130/2021 – institui os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), é sancionada com vetos. No dia 29/03, o Presidente da República sancionou a Lei 14.130/2021, com vetos a todos os temas de natureza tributária ao Projeto de Lei 5.191/2020, aprovado pelo Congresso Nacional no início de março. A avaliação é de que os vetos prejudicam o instrumento e até mesmo o inutilizam. A intenção do PL 5.191/2020 era estender ao FIAGRO o mesmo tratamento tributário conferido aos Fundos de Investimento Imobiliário (FII), que contam com regime especial de tributação previsto pela Lei 8.668/1993 (alterada pela Lei 8.894/1994). No entanto, com os vetos, os investidores em FIAGRO terão tributação de imposto de renda (IR) sobre os rendimentos do fundo maior do que investimentos em outros setores, como é o caso do imobiliário, cujos investidores contam com isenção de IR em situações específicas. O veto retira a isonomia tributária entre os dois setores. Além disso, quando o produtor integralizar o seu imóvel para a formação do patrimônio líquido do fundo, recebendo cotas desse fundo em contrapartida, terá que reconhecer o valor de mercado do imóvel, o que deve gerar a necessidade de recolher IR sobre ganho de capital. A CNA se manifestou pela derrubada dos vetos pelo Congresso Nacional, visando garantir a efetividade de potencial fonte de crédito para agronegócio brasileiro.

Emprego – Agropecuária continua gerando empregos em fevereiro. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) referentes a fevereiro de 2021 mostram que a agropecuária manteve a tendência de geração significativa de empregos. Em fevereiro, o setor criou 23.055 vagas, melhor resultado para o mês desde 2011. O acumulado no ano é 56.041 novas vagas, o que representa 8,5% do total de empregos gerados no período, número 192% maior que o mesmo período de 2020 (19.214 vagas). Assim como em janeiro, houve geração de empregos em quase todas as regiões, com exceção do Nordeste (-1.514). As regiões Sudeste (+17.241) e Centro-Oeste

(+4.574) foram as regiões que mais criaram vagas no mês. As atividades agropecuárias que mais contribuíram foram:

- Cultivo de Soja: 6.108
- Criação de Bovinos: 4.342
- Atividades de Apoio à Agricultura e à Pecuária: 1.873
- Cultivo de Cana-De-Açúcar: 1.822

Saldo Líquido de Vagas – Setores de Atividade

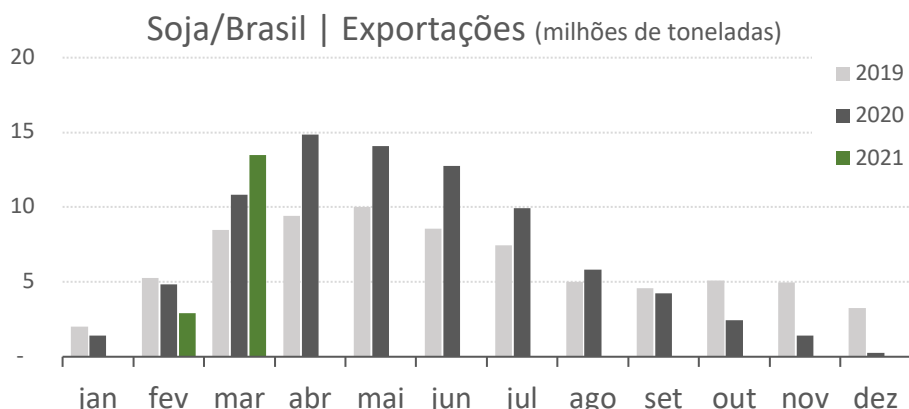
Setores	Fevereiro	%
Agropecuária	23.055	5,7%
Indústria	93.621	23,3%
Construção	43.469	10,8%
Comércio	68.051	16,9%
Serviços	173.547	43,2%
Total	401.639	100,0%

Fonte: CAGED. Elaboração CNA.

- Mercado Agrícola -

Grãos – Relatório de intenção de plantio americano trouxe área plantada de milho e soja abaixo do esperado pelo mercado. No dia 31/03, o USDA divulgou o relatório *Prospective Plantings* com resultados de intenção de plantio de 78.900 produtores. A pesquisa foi realizada durante as duas primeiras semanas de março. A área plantada de milho foi estimada em 36,89 milhões de hectares, menos de 1% de aumento em relação à safra passada. A área plantada de soja foi estimada em 35,42 milhões de hectares, 5% acima da safra anterior. O mercado sinaliza alta frente aos números divulgados, mesmo estando abaixo dos divulgados no fórum do USDA realizado em fevereiro, e também abaixo da expectativa de consultorias americanas, que projetam aumento maior, em função dos bons preços das *commodities*.

Soja – Março encerra com embarques recordes de soja. O atraso da colheita tem levado a uma concentração dos embarques de soja. As exportações de janeiro e fevereiro somaram 2,9 milhões de toneladas, bem abaixo da média dos últimos dois anos, de 6,7 milhões de toneladas. Em março, o volume embarcado foi de aproximadamente 13 milhões de toneladas, recorde para o mês. Os portos com maiores volumes exportados foram Santos, Paranaguá e Barcarena. A China foi o principal destino, 74% das exportações.



Fonte: Mdic/Cargonave

Arroz – Preços internacionais registram leve queda em março. Após atingir o nível recorde de preços em fevereiro de 2021, o índice de preços internacionais [Osiriz/InfoArroz](#) registrou queda de 2% em março de 2021, com o início da colheita na Ásia. Apesar da queda, o preço ainda é 11% superior ao registrado em março de 2020.



- Mercado Pecuário-

Pecuária de leite – Conseleites evidenciam início da entressafra e possível reversão de mercado.

Os principais Conselhos Paritários de Produtores/Indústrias de Leite (Conseleites) realizaram suas reuniões na semana passada, pontuando a projeção para o valor de referência do leite entregue em março, a ser pago em abril. No Paraná e Santa Catarina, foram projetados aumentos médios de 2,2% ante fevereiro, regiões nas quais vinha ocorrendo quedas subsequentes superiores à 5% desde janeiro. Minas Gerais e Rio Grande do Sul mantiveram cenários de baixa, ambos com queda de 0,73% no valor de referência recém-publicado. O principal direcionador do mercado foi a menor captação pela indústria, sinalizando o início da entressafra, mudanças no mix de comercialização e ganho de competitividade do leite em pó nacional frente ao importado. Soma-se a isso a expectativa do novo auxílio emergencial, que deve trazer solidez ao escoamento dos derivados no varejo, que tem realizado compras de volumes aquém do potencial.

Pecuária de corte – Valorização do bezerro continua e ultrapassa R\$ 3 mil por animal.

O indicador CEPEA/ESALQ alcançou R\$ 3.095,49 por bezerro no estado do Mato Grosso do Sul em 30 de março. O valor é o maior da série histórica iniciada em 2000, mesmo com atualização dos valores nominais pela inflação do período. A valorização dos bezerros é reflexo da escassez de animais de reposição e pressão por parte dos recriadores e terminadores na aquisição de animais para engorda, que buscam aproveitar o bom momento da atividade. O indicador do Boi Gordo registrou no dia 25/03 sua máxima histórica desde 1994, sendo cotado a R\$ 315,80/@ em São Paulo. Os seguintes fatores contribuem para essa cotação: retenção de matrizes, seca prolongada em 2020, alto custo dos grãos, escassez de animais para abate e mercado externo aquecido. A demanda pela carne bovina deve seguir estável nos próximos meses, em função da moeda desvalorizada e da retomada do consumo interno.

INFORME SETORIAL

1. Comissão de Assuntos Fundiários debateu projetos de lei que tratam de regularização fundiária.
2. Mapa emite primeiro Certificado Oficial de Conformidade de Embarcação pesqueira para União Europeia.
3. Conselho Deliberativo de Política do Café aprova orçamento recorde de R\$ 5,9 bilhões para o Funcafé em 2021.
4. CNA solicitou ao STF para participar do julgamento que questiona a implantação da Ferrogrão;
5. CNA assina acordo de cooperação técnica com o Ministério da Infraestrutura para desenvolvimento do Documento de Transporte Eletrônico (DT-e).

Assuntos Fundiários – No dia 29/03, a [Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA](#) debateu a vinculação de cadastros e projetos de lei que tratam de regularização fundiária. A Receita Federal apresentou como realizar a vinculação cadastral entre os sistemas do Cafir e do CNIR. A partir do dia 1º de abril de 2021, o titular do imóvel rural deverá abrir processo digital no e-CAC para a utilização dos serviços de cadastro rural, caso seja necessário entregar a documentação de forma eletrônica ([cadastrorural.gov.br](#)). A Comissão também debateu as emendas sugeridas pela CNA e outras entidades aos projetos de lei 2.633/2020 (Câmara dos Deputados) e 510/2021 (Senado Federal), que tratam da regularização fundiária em ocupações localizadas em áreas da União ou do INCRA. A CNA defende que a Lei aprovada deve agregar todas as alternativas possíveis para simplificar a emissão de títulos em glebas públicas federais, além de fornecer maior segurança jurídica aos produtores rurais.

Exportação de pescado – A *Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura* emitiu o primeiro *Certificado Oficial de Conformidade de Embarcação para União Europeia*. As exportações brasileiras de pescado para a União Europeia estão paradas desde 2018, quando houve a desabilitação compulsória de todas as indústrias e embarcações pesqueiras para que o mercado não fosse fechado. No dia 30/03, o MAPA anunciou que todas as pendências apontadas pela auditoria da União Europeia realizada em 2017 foram atendidas. No início de abril, o Brasil enviará ao Bloco o “Plano de Ação” para cumprimento das exigências da Europa e solicitará missão ao Brasil para nova habilitação das indústrias de processamento de pescado, proveniente de pesca e aquicultura, e embarcações de pesca para a retomada das exportações dos produtos brasileiros.

Café – *Conselho Deliberativo de Política do Café (CDPC) aprova orçamento recorde de R\$ 5,9 bilhões para o Funcafé na safra 2021/2022*. No dia 29/03, a CNA participou da [reunião do Conselho](#) para a definição do orçamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Para a safra 2021/2022, os montantes aprovados para as linhas de custeio e comercialização foram de R\$ 1,6 bilhão e R\$ 2,2 bilhões, respectivamente. O setor produtivo conta também com R\$ 160 milhões em recursos para Recuperação de Cafezais Danificados. Estão previstos, ainda, R\$ 1,3 bilhão para Financiamento para Aquisição de Café (FAC) e R\$ 630,5 milhões para capital de giro. Em função da elevação dos custos de produção e da frustração de safra prevista para 2021, a CNA solicitou que os recursos do Funcafé sejam liberados de forma antecipada, possibilitando que o produtor tenha acesso ao crédito antes do início da colheita.

Ferrogrão – A CNA protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF), dia 29/03, pedido para participar, como amicus curiae, do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6553, que questiona a alteração dos limites de uma área e pede a suspensão do processo para implantar a Ferrogrão (933 km de extensão de Sinop/MT a Miritituba/PA). O traçado do projeto é paralelo à BR-163/MT/PA, na mesma faixa de domínio da rodovia, o que mostra que a área ambiental protegida não será afetada pelo traçado da ferrovia. A redução da área do parque tende a zero, foi calculada em 0,054%. Em contrapartida, os benefícios estão resumidos no Quadro 1, com destaque para o aumento da movimentação de grãos com destino aos portos do Arco Norte. A CNA estima redução de 30% a 40% dos custos logísticos, com a integração da BR-163/MT/PA, Ferrogrão/MT/PA e rio Tapajós/PA.

Quadro 1. Resumo dos Benefícios da Implantação da Ferrogrão (EF-170).

<p>Projeção de Transporte: 20 milhões toneladas (2030) e 50 milhões de toneladas (final da concessão)</p> <p>Tipo de Cargas: milho, soja, farelo de soja (potenciais: óleo de soja, fertilizantes, açúcar, etanol e derivados de petróleo)</p> <p>Compensações Socioambientais: R\$ 765 milhões</p> <p>Redução de Externalidades Negativas: R\$ 6,1 bilhões (emissão de CO₂, congestionamentos, acidentes)</p> <p>Redução de Custo de Frete: R\$ 19,2 bilhões x transporte rodoviário</p> <p>Geração de Empregos: 373 mil, sendo 30 mil diretos</p>
--

Fonte: Edital da Ferrogrão (EF-170).

*poderá ser financiado pela emissão de títulos verdes *ou green bonds*

Documento de Transporte Eletrônico (DT-e) – A CNA e entidades representativas da indústria, produtores de alimentos e de cargas assinaram, em 29/03, [acordo de cooperação técnica com o Ministério da Infraestrutura](#) para o desenvolvimento do projeto do DT-e. Trata-se de documento digital único com a finalidade de conter o excesso de burocracia na cadeia logística, especialmente no transporte de cargas, e diminuir os custos para o setor produtivo. Hoje, o transportador gasta, em média, seis horas por viagem em operações de fiscalização nas estradas. A partir da criação de um plano de trabalho, os representantes dos setores envolvidos vão elaborar estudos técnicos para subsidiar a modelagem DT-e, permitindo a unificação de cerca de 90 documentos utilizados no procedimento de liberação de carga.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA EXECUTIVA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo nº 50000.034332/2020-18. Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº 4/2021, que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, CNPJ/MF nº 37.115.342/0001-67, a Associação Brasileira dos Produtores de Soja - APROSOJA, CNPJ/MF nº 26.446.146/0001-59, a Associação das Empresas Cerealistas do Brasil - ACEBRA, CNPJ/MF nº 07.547.947/0001-66, a Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga - ANUT, CNPJ/MF nº 05.498.726/0001-10, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, CNPJ/MF nº 33.582.750/0001-78, e a Confederação Nacional da Indústria - CNI, CNPJ/MF nº 33.665.126/0001-34. Do Objeto: disciplinar a mútua cooperação entre os partícipes para o desenvolvimento de estudos técnicos necessários à estruturação da operacionalização do Projeto "Documento Eletrônico de Transporte (DT-e)". Data da Assinatura: 25 de março de 2021. Da vigência: 06 (seis) meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, nas condições previstas no art. 55 da Lei nº. 13.019, de 2014, e art. 21 do Decreto nº. 8.726, de 2016. Assinam: Pelo Ministério da Infraestrutura, o Secretário-Executivo MARCELO SAMPAIO CUNHA FILHO; pela APROSOJA, o Presidente BARTOLOMEU BRAZ PEREIRA; pela ACEBRA, o Presidente ARNEY ANTÔNIO FRASSON; pela ANUT, o Presidente LUIZ HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ; pela CNA, o Presidente JOÃO MARTINS DA SILVA JÚNIOR e o 1º Vice-Presidente de Finanças JOSÉ ZEFERINO PEDROZO; pela CNI, o Presidente ROBSON BRAGA DE ANDRADE.